



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**SANDRIELLE DE QUEIROZ BEZERRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CONJUNTO  
HABITACIONAL LEONARDO FRANÇA LOPES EM COXIXOLA-PB**

**SUMÉ - PB  
2024**

**SANDRIELLE DE QUEIROZ BEZERRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CONJUNTO  
HABITACIONAL LEONARDO FRANÇA LOPES EM COXIXOLA-PB**

**Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.**

**Orientador: Professor Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.**

**SUMÉ - PB  
2024**



B574p Bezerra, Sandrielle de Queiroz.  
Políticas públicas e habitação: uma análise do  
Conjunto Habitacional Leonardo França Lopes em  
Coxixola - PB. / Sandrielle de Queiroz Bezerra. -  
2024.

37 f.

Orientador: Professor Dr. Bruno Vicente Lippe  
Pasquarelli.

Artigo Científico - Universidade Federal de  
Campina Grande; Centro de Desenvolvimento  
Sustentável do Semiárido; Curso Superior de  
Tecnologia em Gestão Pública.

1. Políticas públicas habitacionais. 2. Conjunto  
Habitacional Leonardo França Lopes - Coxixola - PB.  
3. Habitação. 4. Coxixola - PB - habitação. 5. Casas  
populares. 6. Problema habitacional. 7. Avaliação de  
políticas públicas. I. Pasquarelli, Bruno Vicente  
Lippe. II. Título.

CDU: 35(045)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**SANDRIELLE DE QUEIROZ BEZERRA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CONJUNTO  
HABITACIONAL LEONARDO FRANÇA LOPES EM COXIXOLA-PB**

**Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professor Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.  
Orientador – UAGESP/CDSA/UFCG**

---

**Professor Dr. Allan Gustavo Freire da Silva.  
Examinador I – UAGESP/CDSA/UFCG**

---

**Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.  
Examinador II – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Trabalho aprovado em: 15 de outubro de 2024.**

**SUMÉ - PB**

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente a Deus, pois sem Ele eu nada poderia fazer.

À minha mãe, Josy Queiroz, por não medir esforços para me ajudar, por acreditar em mim e ser meu grande apoio em todos os momentos.

Aos meus irmãos, os que estão por perto, Jayanne e Miguel e aos que torcem por mim a distância, Silvia, Lúcia, Arlindo e Nilcéia.

Aos meus familiares que contribuíram com suas palavras de incentivo, em especial, a minha tia Maria, seu apoio foi fundamental para realização deste trabalho.

Aos meus amigos, por todos os momentos de descontração em meio ao turbilhão de emoções desse processo. Aqueles que a escola e a universidade me proporcionaram o privilégio de conhecer e conviver, Aniely, Hayla, Alessandra, Bruna, Gabriel e Giovanna, que tanto me ensinaram e apoiaram.

À minha amiga, prima e colega de curso, Hayla, obrigada por todo incentivo, todas as risadas e conversas durante esta trajetória, que alegria é compartilhar este momento com você.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli, por todas as reuniões e orientações durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos moradores do Conjunto Habitacional Leonardo França Lopes, que dedicaram um pouco de seu tempo para contribuir com esta pesquisa.

E aos professores do Curso de Gestão Pública, por todos os ensinamentos compartilhados ao decorrer do curso.

## RESUMO

Na Constituição Federal de 1988, o Art. 6º elenca como direitos sociais o transporte, a educação, a saúde, e também a moradia. Contudo, ao observarmos com mais atenção, é perceptível que muitos brasileiros ainda não têm acesso a uma moradia digna, situada em um local adequado e que ofereça bem-estar e segurança. Ciente dessas dificuldades, o governo federal tem promovido programas para mitigar essa questão. No município de Coxixola, Paraíba, por exemplo, foram construídas 10 casas populares em 2009. Essas moradias deram início ao conjunto habitacional Leonardo França Lopes. Diante disso, o presente estudo buscou como objetivo geral analisar os impactos gerados pela construção de casas populares no município de Coxixola-PB, investigando quais foram os efeitos da política habitacional para os seus beneficiários. Como objetivos específicos, pretende-se: (1) apresentar as políticas habitacionais desenvolvidas no Brasil nos últimos anos; (2) descrever o perfil das famílias residentes no conjunto habitacional Leonardo França Lopes; e (3) identificar os efeitos proporcionados pela obtenção de uma casa popular. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa; para a obtenção dos dados necessários para realizar a pesquisa utilizou-se questionário, com perguntas semiestruturadas, permitindo respostas abertas e explorações mais profundas sobre as percepções individuais dos entrevistados. Através das respostas oferecidas percebe-se que, a entrega das casas populares no município teve como principal impacto o econômico, analisando os aspectos que sobrevêm em consequência de possuir a moradia e do local em que estão inseridos; de maneira geral, os moradores se mostraram satisfeitos.

**Palavras-chave:** Políticas habitacionais; Casas populares; Coxixola; Conjunto habitacional.

## **PUBLIC POLICIES AND HOUSING: AN ANALYSIS OF THE HOUSING COMPLEX LEONARDO FRANÇA LOPES IN COXIXOLA-PB**

### **ABSTRACT**

In the 1988 Federal Constitution, Art. 6° lists as social rights transportation, education, health, and also housing. However, when we observe more carefully, it is noticeable that many Brazilians still do not have access to a decent housing, located in an appropriate place and offering well-being and security. Aware of these difficulties, the federal government has promoted programs to mitigate this issue. In the municipality of Coxixola, Paraíba, for example, 10 popular houses were built in 2009. These houses started the housing complex Leonardo França Lopes. Therefore, the present study sought as a general objective to analyze the impacts generated by the construction of popular houses in the municipality of Coxixola-PB, investigating what were the effects of housing policy for its beneficiaries. As specific objectives, it is intended: (1) to present the housing policies developed in Brazil in recent years; (2) to describe the profile of families living in the Leonardo França Lopes housing complex; and (3) identify the effects provided by obtaining a popular house. It is a case study with qualitative approach; to obtain the data necessary to carry out the research was used questionnaire, with semi-structured questions, allowing open answers and deeper explorations on the individual perceptions of respondents. Through the answers offered it is realized that, the delivery of the popular houses in the city had as main impact the economic one, analyzing the aspects that come as a consequence of owning the dwelling and the place in which they are inserted; in general, the residents were satisfied.

**Keywords:** Housing policies; Popular houses; Coxixola; Housing complex.

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>8</b>  |
| <b>2</b> | <b>CONCEITO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>                 | <b>10</b> |
| 2.1      | CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....                                     | 10        |
| 2.2      | A AVALIAÇÃO DE IMPACTO PARA ANÁLISE MAIS AMPLA DA POLÍTICA PÚBLICA..... | 13        |
| <b>3</b> | <b>DESAFIOS E HISTÓRICO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL.....</b>  | <b>15</b> |
| 3.1      | O PROBLEMA HABITACIONAL E SEUS DESAFIOS.....                            | 15        |
| 3.2      | POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO BRASIL.....                         | 17        |
| <b>4</b> | <b>METODOLOGIA.....</b>   | <b>21</b> |
| <b>5</b> | <b>ESTUDO DE CASO.....</b>  | <b>22</b> |
| 5.1      | O MUNICÍPIO DE COXIXOLA E SUAS POLÍTICAS HABITACIONAIS....              | 22        |
| 5.2      | AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.....  | 25        |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>31</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>32</b> |
|          | <b>APÊNDICE.....</b>  | <b>34</b> |
|          | <b>ANEXO.....</b>   | <b>37</b> |



## 1 INTRODUÇÃO

Na Constituição Federal de 1988, o Art. 6º elenca como direitos sociais o transporte, a educação, a saúde, e também a moradia. Contudo, ao observarmos com mais atenção, é perceptível que muitos brasileiros ainda não têm acesso a uma moradia digna, situada em um local adequado e que ofereça bem-estar e segurança.

Diariamente, os valores de mercado para a aquisição de imóveis — sejam casas, apartamentos ou terrenos — tornam-se cada vez mais inacessíveis para aqueles que vivem com um salário mínimo ou menos. Como resultado, essas pessoas dependem do aluguel, o que adiciona uma despesa considerável ao final do mês. A situação se complica quando não há recursos suficientes para pagar por uma moradia com infraestrutura adequada, levando muitas famílias a se mudarem para áreas com custos mais baixos, onde, infelizmente, as condições de vida costumam ser precárias, com deficiências em saneamento, segurança e a qualidade das construções.

Ciente dessas dificuldades, o governo federal tem promovido programas para mitigar essa questão. Entre as ações mais conhecidas está o programa "Minha Casa, Minha Vida", criado em 2009, que facilita a aquisição da casa própria por meio de financiamento da Caixa Econômica Federal. No município de Coxixola, Paraíba, por exemplo, foram construídas 10 casas populares em 2009, conforme registrado no Diário Oficial do Estado. Essas moradias deram início ao conjunto habitacional Leonardo França Lopes, que, desde então, tem ampliado o número de unidades.

A localização e as condições da residência em que uma pessoa vive influenciam diversas áreas de sua vida, proporcionando tranquilidade ao oferecer um lar seguro, com infraestrutura adequada, e liberando o orçamento familiar do peso do aluguel. De todas as maneiras, as questões referentes à moradia e programas habitacionais possuem impacto direto nas famílias que as recebem.

Diante disso, o objetivo geral foi analisar os impactos gerados pela construção de casas populares no município de Coxixola-PB, investigando quais foram os efeitos da política habitacional para os seus beneficiários. Nesse sentido, a pesquisa procura responder ao seguinte questionamento: **quais os efeitos que a política habitacional desenvolvida em Coxixola-PB provocou para os seus contemplados?**

Como objetivos específicos, pretende-se: (1) apresentar as políticas habitacionais desenvolvidas no Brasil nos últimos anos; (2) descrever o perfil das famílias residentes no

conjunto habitacional Leonardo França Lopes; e (3) identificar os efeitos proporcionados pela obtenção de uma casa popular.

A justificativa para este estudo reside no fato de que a avaliação de políticas públicas é uma etapa crucial em seu ciclo. Embora muitos estudos abordem políticas habitacionais, o foco recai, na maioria das vezes, apenas sobre a implementação ou a ausência dessas políticas. Os efeitos que essas ações provocam, sobretudo em termos de qualidade de vida e percepção dos beneficiários, ainda são pouco discutidos. Um exemplo disso é a localização de muitas habitações sociais, frequentemente longe dos centros urbanos, dificultando o acesso a serviços essenciais.

À vista disso, este trabalho caracteriza-se como um estudo descritivo e exploratório, em que foi realizado um estudo de caso, com a coleta de dados a partir de questionários, possuindo, portanto, uma abordagem qualitativa.

No município de Coxixola-PB, as políticas habitacionais alcançaram várias famílias e caminha atualmente para mais uma expansão. Em um local no qual a população desfruta da ação pública, e as perguntas sobre sua necessidade e existência já estão elucidadas, os estudos podem se concentrar nos demais aspectos que englobam as casas populares, sendo eles o impacto gerado para além da moradia enquanto estrutura e a própria percepção dos seus contemplados.

Para detalhar os objetivos propostos nesta introdução, o trabalho se subdivide em cinco seções. A primeira seção conceitua o campo das políticas públicas; a segunda aborda o problema habitacional e as ações desenvolvidas no Brasil; a terceira apresenta os procedimentos metodológicos; a quarta faz um estudo de caso e avaliação dos resultados em Coxixola; e, por fim, a última seção oferece as considerações finais da pesquisa.

## 2 CONCEITO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste tópico, será apresentado o conceito de políticas públicas para, em seguida, discorrer sobre a etapa de avaliação da política pública após a sua implementação, para a análise dos seus impactos.

### 2.1 CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Por se tratar de um tema abordado sob diferentes óticas e, portanto, possuir variadas definições, apresentar o conceito de políticas públicas é uma tarefa que requer atenção; no entanto, é fundamental para compreender as ações realizadas pelo governo e que afetam direta ou indiretamente a população.

Com o entendimento de que é uma iniciativa do governo, Peters (1986 *apud* Souza, 2006, p.5) define política pública como “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou mediante delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”, por meio desta afirmação, destaca-se que, após implementação, deve ocorrer uma mudança para aqueles que receberam a ação governamental.

A razão que leva essas atividades a serem realizadas pode ser encontrada no que Secchi (2015 *apud* Lima et al., 2021, p.4) descreve sobre política públicas sendo “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” que surge em meio a uma sociedade composta por variados interesses, opiniões e necessidades; os mais diversos grupos e indivíduos, cada qual com sua realidade, e suas carências que, embora tenha o desejo de solucioná-las, não dispõem dos recursos ou poder para tal, de maneira que se faz necessário aos governantes, desempenhar meios de resolvê-los.

Ainda sobre problema público, Secchi discorre sobre uma das particularidades do tema, o surgimento do problema, dizendo:

[...]Um problema público pode aparecer subitamente, por exemplo, uma catástrofe natural que afete a vida de pessoas de determinada região. Um problema público também pode ganhar importância gradualmente, como o congestionamento nas cidades ou a progressiva burocratização de procedimentos e serviços públicos. Um problema público pode estar presente por muito tempo, porém não receber suficiente atenção porque a coletividade aprendeu a conviver com ele, como o caso da favelização das grandes cidades (Secchi, 2016 *apud* Paula, 2019, p. 4).

O poder político tem como tarefa trabalhar para que as demandas sociais sejam atendidas, segundo as especificações exigidas em cada área. As políticas públicas, portanto,

são as ações desempenhadas pelo governo, visando dirimir os problemas que atingem a população. Exigindo observação para detectar essas necessidades e um planejamento elaborado para realizá-las e ainda, acompanhá-las em seu percurso para que, como afirmou Peters (1986), sejam provocados efeitos sobre a vida da população e que os mesmos sejam positivos.

Em seu trabalho, Celina Souza (2006, p.7), buscando meios para descrever o conceito de políticas públicas, conclui que “pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Sendo assim, o campo das políticas públicas não apresenta uma única atribuição, ela, além de observar os problemas que afetam determinados grupos, ainda estuda os meios de resolvê-los, os seus resultados e, quando preciso, modificar o seu desenvolvimento.

Depreende-se, portanto, que as políticas públicas, não se limitam apenas às ações que os governos realizam; como explica Souza (2006), há também a necessidade de “colocar o governo em ação” somado à atitude de acompanhar e, se preciso for, propor mudanças.

Como já mencionado anteriormente, um problema público surge em diferentes contextos, seja de repente, pouco a pouco ou, quando uma situação antes ignorada, ganha visibilidade (Secchi, 2016); além das particularidades que há em cada lugar, de maneira que, o que seria benéfico para determinada região, resultaria em complicação em outra.

A percepção do problema e a decisão de solucioná-lo pode ocorrer por meio do próprio governo, contudo, pressões exteriores são fatores contribuintes ou até determinantes para o conhecimento e escolha de uma ação pública, Howlett et al. (2013 *apud* Lima et al., 2021, p.4) traz essa compreensão ao falar de políticas públicas como algo que “consiste em inúmeras decisões tomadas por muitos indivíduos e organizações no interior do próprio governo e que essas decisões são influenciadas por outros atores”. Haja vista a necessidade de atender aos múltiplos interesses e conquistar apoio exterior, principalmente dos receptores das ações que serão realizadas, de maneira que, cada decisão tomada visa atender o maior número de atores possível.

O poder de influência de grupos sociais frente ao desenvolvimento das políticas públicas, é perceptível nas mais diversas abordagens de estudo sobre o tema, dentre as razões para a evidente inter-relação está especialmente o fato de os principais interessados pela ação pública serem aqueles que irão ser beneficiados por ela. Portanto, a atenção direcionada para o problema, assim como o interesse nas decisões tomadas, conta com a participação e pressão externa, mesmo que “...o Estado detém exclusividade na criação de espécies normativas (leis,

decretos, emendas constitucionais), poder legitimamente conferido pela Constituição Federal...” (Paula, 2019, p. 3).

Os grupos sociais que buscam realizar tal pressão, podem utilizar de variados meios para que seus interesses e ideias sejam percebidos; em sua definição sobre as arenas sociais, Souza (2006) faz menção de possíveis recursos para alcançar notoriedade sobre o tema que desejam:

Existiriam três principais mecanismos para chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas: (a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; (b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e (c) feedback, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres. (Souza, 2006, p. 4).

Diversos foram os autores que se dedicaram a análise das políticas públicas, D’Ascenzi e Aguiar (2021) fazem um apanhado de nomes influentes sobre o tema, dentre eles estão: Lowi, (1964) e seus estudos sobre os tipos da política; Lasswell (1956) com o ciclo das políticas públicas e Kingdon (1995) com a abordagem dos múltiplos fluxos. Para prosseguir, será estendido o assunto sobre o ciclo de políticas públicas, de Lasswell.

Ressaltando a necessidade de conhecer as demandas da sociedade como fator indispensável para tomada de decisão, Paula (2019) aponta o desenvolvimento do ciclo de políticas públicas como ferramenta para compreender, diagnosticar e avaliar políticas públicas, elencando as seguintes fases principais: a) identificação do problema; b) formação da agenda; c) formulação de alternativas; d) tomada de decisão; e) implementação; f) avaliação; g) extinção.

De maneira sucinta, a identificação de um problema deve ser realizada por especialistas e através do conhecimento de diversas áreas; após identificado, faz parte da agenda, para em seguida, alternativas serem discutidas e, subsequentemente, ocorra a escolha de qual ação será posta em prática, passando a fase da implementação (Paula, 2019). Embora possa ser descrito em fases aparentemente simples, o processo anterior à implementação de uma política pública é moroso e delicado, envolvendo diversos atores e interesses no decorrer do percurso. A avaliação, ainda que seja a penúltima fase descrita, está presente em etapas anteriores:

Em geral, costuma-se entender que a avaliação da política pública deve ocorrer *ex post*, ou seja, posterior à fase de implementação. No entanto, é possível realizar uma avaliação *ex ante*, anterior à implementação da política pública, além da avaliação *in itinere*, que nada mais é do que o monitoramento da execução da política pública, para verificar falhas de forma célere e corrigi-las a tempo. (Paula, 2019, p.7).

Após a avaliação da política pública, deve ser determinado se faz-se necessária a continuidade, a modificação ou a extinção da ação pública (última etapa elencada). Além de ser agente direto para a promoção de uma política efetiva, seus resultados podem ser norteadores para o desenvolvimento de outras políticas públicas.

## 2.2 A AVALIAÇÃO DE IMPACTO PARA ANÁLISE MAIS AMPLA DA POLÍTICA PÚBLICA

A etapa de avaliação de uma política pública é fundamental, durante a formulação e implementação, para conhecer as especificidades e equilibrar os diversos interesses envolvidos. Pode-se ainda incluir aos benefícios, o de “...promover a responsabilização por decisões e ações (*accountability*) dos governantes perante o parlamento, as agências reguladoras e fiscalizadoras e os cidadãos” (Ramos, Schabbach, 2012, p. 3).

Cavalcanti (2006), destaca o uso dos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade para analisar os resultados de uma política pública, que permite observar por meio de diferentes perspectivas, por exemplo: a eficiência, olha a otimização dos recursos utilizados, com os quais se adquire os melhores resultados possíveis; eficácia, observa os resultados gerados sobre os beneficiados (efeitos) em conjunto com o meio ambiente (impacto); efetividade, por sua vez, analisa os resultados econômicos mas também os sociais, detectando os reflexos da ação em um contexto maior.

Sobre a diferenciação entre eficiência e efetividade, Cavalcante (2006) ainda explica:

Muitos autores tratam o conceito de eficácia e efetividade de forma semelhante, mas é prudente, quando se trata de avaliação de políticas públicas, fazer certa distinção. Sendo assim, a eficácia é uma dimensão do processo de desenvolvimento e implementação do programa. Neste caso, o modelo de avaliação indicado é o de resultados, uma vez que visa aferir os resultados “intermediários” (até o final do programa). A efetividade aponta outra dimensão do resultado - os finais, ex-post -, tem a ver com os resultados mais abrangentes da política junto aos setores visados. Neste caso, o tipo de avaliação adequada é a avaliação de impactos, já que visa traduzir os impactos do programa no contexto mais amplo, (econômico, político e social), objetivando a melhoria da qualidade de vida. (Cavalcante, 2006 p. 11).

A última fase do ciclo de políticas públicas, denominada “extinção”, tem como descrição o encerramento das atividades, seja construção, recursos ou a entrega final de algum serviço e a avaliação é feita para detectar se há a necessidade de prosseguir ou finalizá-la, como descreve Paula (2019, p. 7):

“A avaliação da política pública serve como termômetro da necessidade de continuar a política pública, quando verificado o seu sucesso, modificá-la para alcançar melhores resultados ou mesmo extingui-la, quando solucionado o problema público ou quando verificado o seu fracasso.” (PAULA, 2019, p.7).

Mas, ao combater um problema, haverá uma transformação não apenas no que se refere às questões que envolviam o problema inicialmente trabalhado, o impacto pode atingir outras camadas, tornando necessária a observação dos efeitos gerados para além do foco inicial da ação pública. “Essa modalidade de avaliação que se realiza ao final da fase de implementação ou após a conclusão de um programa, consiste no exame e análise de objetivos, impactos e resultados” (Cavalcanti, 2006, p. 7).

[...] a aferição dos resultados contempla a avaliação de impacto, que verifica a existência de um nexo causal entre os resultados da implantação do programa ou projeto e as alterações nas condições sociais da população. É uma dimensão *ex post* do resultado, relacionada com os objetivos gerais e o alcance efetivo das metas. (Ramos, Schabbach, 2012, p. 8).

Ter conhecimento desses impactos contribui na percepção geral da ação pública, oferecendo uma avaliação mais completa e profunda do que foi desenvolvido, principalmente após a implementação da ação pública.

### **3 DESAFIOS E HISTÓRICO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL**

Esta seção apresenta, inicialmente, algumas das causas que levam ao problema habitacional, para, em seguida, listar ações desenvolvidas no Brasil para enfrentar as dificuldades de moradia no país.

#### **3.1 O PROBLEMA HABITACIONAL E SEUS DESAFIOS**

O processo de desenvolvimento industrial trouxe consigo um acelerado crescimento das cidades, provocando mudanças em sua estrutura e na vida dos seus moradores. Esta era a realidade vivenciada na Europa, no século XIX ((Monteiro, Veras, 2017), que naquele momento enfrentava dificuldades que mais tarde seriam encontradas em outras partes do mundo e que perpassaria os anos. É possível encontrar na atualidade, demandas que já haviam sido expostas no passado e que apesar de intervenções, não foram suficientes para pôr fim ou evitar que ainda hoje existam os mesmos problemas, dentre eles, está o habitacional.

O êxodo rural é um dos acontecimentos que marcam o crescimento da zona urbana e também o início de um problema para ser enfrentado pela população e pelo governo. A necessidade de alocar, em um curto período, milhares de pessoas, sem nenhuma preparação, teve por resultado os centros urbanos saturados, grandes transformações na paisagem urbana, além de bairros marginalizados compostos por trabalhadores pobres (Monteiro, Veras, 2017).

O Brasil, não foi exceção no que tange ao impacto do crescimento da indústria e a transformação urbana, com grande fluxo de moradores para as cidades e, conseqüentemente, os problemas referentes à moradia. Ainda que tardia, após a expansão industrial, nos anos 1950 e 1970, cerca de 39 milhões de pessoas deixaram a zona rural (Ribeiro, Junior, 2011); segundo Lima (2019) a população urbana era de apenas 36% da população total brasileira na década de 50, subindo para 55% apenas em 1970, evoluindo para 81% no ano 2006.

Outro aspecto presente já neste período está relacionado às desigualdades salariais, a mão de obra barata e trabalhos informais, resultou em uma concentração de renda e de riquezas, gerando impacto no quesito habitacional (Ribeiro, Junior, 2011).

Discorrendo sobre a relação salarial e moradia, Lima (2019, p. 13) sob a perspectiva atual, retrata o que já era vivenciado em décadas passadas quando escreve que “o maior entrave para o acesso da população à moradia adequada é, basicamente, a incompatibilidade entre o valor da moradia (aluguel, compra etc.) e a capacidade financeira das famílias de baixa renda. O custo de uma moradia digna é muito alto nas cidades brasileiras”. Com valores para aquisição de uma casa/apartamento tão altos, as famílias de baixa renda optam por moradias em locais



que, embora não ofereçam os melhores serviços, são mais baratos.

Em decorrência do baixo poder aquisitivo da maioria da população, a situação referente ao ambiente e estrutura das casas mediante a dificuldade de planejamento e alocação, permaneceram e as soluções adotadas pelos moradores, ocorrem por meio “da autoconstrução, ou seja, habitações, em geral, informais, precárias e autoconstruídas em etapas que compõem as favelas e os loteamentos irregulares ou habitavam cortiços” (Monteiro, Veras, 2017, p. 5). Evidentemente tais atitudes não trouxeram melhorias, ao contrário, provocaram outras questões como, por exemplo, superlotação, doenças, devido à falta de saneamento básico e exclusão social; configurando-se um problema público, ações precisaram ser desenvolvidas pelo estado para resolvê-lo.

A moradia está garantida como um direito social no art. 6º da Constituição Federal de 1988, a introdução ocorreu nos anos 2000, na emenda nº 26. Atualmente, estão inclusos os direitos de educação, saúde, lazer, segurança, alimentação, trabalho, transporte, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Além de algo indispensável para o indivíduo, afinal, todos necessitam de um local para abrigar-se, também é um direito social, presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos. José Afonso da Silva (2009 *apud* Lima, 2019, p. 5) explica o conceito como: os direitos sociais são prestações positivas estatais enunciadas em normas legais ou constitucionais, que franqueiam melhores condições de vida aos mais fracos, proporcionando a igualização de situações sociais desiguais, se ligam, portanto, ao direito de igualdade.

Uma das complexidades que envolvem as políticas públicas habitacionais, está principalmente em assegurar o direito social, Lima (2019) ainda o descreve como um direito fundamental; em face da desigualdade ser aspecto marcante em nossa sociedade, a demanda é alta e já não envolve apenas a moradia enquanto estrutura, mas em reduzir desigualdades, após a implementação há impacto financeiro, na saúde e no bem-estar dos contemplados pela ação pública.

Há também os diferentes contextos em que cada indivíduo/ família se encontram, de maneira que, como apresentado na seção referente às políticas públicas, a solução para uma determinada situação, pode não obter resultado positivo quando aplicada em outra realidade. Ao questionar-se sobre o tema, Lima (2019) enfatiza sobre a necessidade de uma multiplicidade de opções para sanar o problema habitacional em todas as suas formas.

[...] os gestores de políticas públicas não devem se concentrar exclusivamente na “casa própria” como a melhor solução de habitação. Uma gama mais ampla de opções de habitação com diferentes modalidades, preços, qualidades e locais devem estar disponíveis para as famílias brasileiras, que assim poderiam escolher as soluções que se encaixem em suas necessidades habitacionais. Nesse sentido, a locação pode oferecer uma boa solução para jovens em busca de oportunidades de emprego e migrantes recém-chegados. Por outro lado, o mercado de aluguel pode ser manejado como um instrumento importante para combater a escassez de habitação em aglomerações urbanas e em áreas urbanas em franco crescimento. Além disso, os gestores devem dar mais atenção a diversas variáveis como a distribuição de renda, a composição familiar e as variáveis do ciclo de vida ao delinear políticas e programas de habitação, se quiserem promover a inclusão econômica e social no mercado imobiliário brasileiro. (Cruz, Moraes 2009 *apud* Lima, 2019, p. 16).

Com base no exposto anteriormente, pode-se compreender que os investimentos voltados aos problemas habitacionais não provocam resultados isolados, sabendo que, assim como a falta de organização e estrutura levam a outras complicações, as ações bem elaboradas podem gerar impacto positivo em outras áreas assegurando outros direitos. Como ressalta Monteiro e Veras (2017, p.12) é preciso olhar além do número de moradias construídas, mas buscar desenvolver ações que “também garantirá a sua inclusão na cidade através de infraestrutura adequada, serviços de saúde, educação, segurança, lazer, mobilidade urbana, emprego e renda, entre outros, que proporcione a estes indivíduos uma vida mais digna”, afinal, esses também são aspectos que são influenciados a depender do local e do tipo de moradia em que os cidadãos vivem.

A evidencia do problema levou o governo a desenvolver ações que vão de encontro ao déficit habitacional no país. A seguir, serão apresentadas algumas das políticas desenvolvidas no Brasil desde 1940 até a atualidade.

### 3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

Em mais de 70 anos de políticas públicas direcionadas ao problema habitacional, as mudanças que foram ocorrendo no país refletiam no combate a falta de moradia adequada para a população, afinal durante o percurso houve a realização de projetos que se mostraram deficientes ou, até mesmo questões para além do tema moradia como, por exemplo, o início e fim da ditadura militar.

A princípio, a Fundação da Casa Popular (FCP) foi o primeiro Órgão federal criado, em 1946, para tratar exclusivamente às questões de moradia para famílias de baixa renda (Azevedo e Andrade, 2011). Entretanto, ainda que a iniciativa tenha sido importante, não chegou a obter resultados satisfatórios, o número de casas produzidas, durante o período de dezoito anos, foi

de apenas 18.127 (FINEP/GAP, 1985 *apud* Porangaba, 2020).

O fim da FCP ocorreu em 1969, após o golpe militar. A ação voltada para resolver o déficit habitacional adotada a partir desse momento foi então o Banco Nacional de Habitação (BNH), que esteve em atividade durante vinte e dois anos, apresentando o número de 4,3 milhões de novas casas financiadas (Bonduki, Rossetto, 2009).

Citando um dos impactos que o Banco Nacional de Habitação trouxe, há a contribuição, ainda que indiretamente, no fato de que “a lei que instituiu o BNH possibilitou igualmente respaldo jurídico para a criação de Companhias de Habitação em distintos estados e municípios do país” (Porangaba, 2020, p.10) reforçando a participação de outras esferas do governo a atuarem frente a carência de moradias; sendo responsáveis em certo período pela produção de casas para famílias com de renda de um a três salários mínimos. Na atualidade, existem várias Cohab’s espalhadas pelo país, no entanto, como afirmam Bonduki e Rossetto (2009), com uma relevância muito inferior ao que tiveram anteriormente.

Porangaba (2020), faz menção a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB/GB), uma das primeiras companhias de habitação no país localizada no Rio de Janeiro. No estado da Paraíba, há a CEHAP, Companhia Estadual de Habitação Popular, constituída no ano de 1965 e que em 2005 foi vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano; tendo por objetivo: desenvolver a política estadual de habitação, mediante elaboração, execução e coordenação de estudos, programas e projetos específicos (CEHAP-PB).

Dentre os pontos negativos ao BNH, encontra-se a falta clareza ao determinar as exigências daqueles que poderiam receber o financiamento, possibilitando às classes mais elevadas a entrarem na disputa para obter recursos (Porangaba, 2020), não alcançando as camadas mais baixas da sociedade.

Mesmo apresentado interesses ambíguos em seu percurso, o encerramento do Banco Nacional de Habitação, em 1986, após o fim da ditadura militar, deixou novamente o Brasil sem uma ação pública direcionada ao problema habitacional no país:

Com a extinção do BNH, perdeu-se uma estrutura de caráter nacional que, mal ou bem, havia acumulado enorme experiência na área, formado técnicos e financiado a maior produção habitacional da história do país. A política habitacional do regime militar podia ser equivocada, como já ressaltamos, mas era articulada e coerente. Na redemocratização, ao invés de uma transformação da política, ocorreu um esvaziamento e pode-se dizer que, a partir daquele momento, deixou-se propriamente de existir uma política nacional de habitação (Bonduki, Rossetto, 2009 p. 7).

Em um momento de redemocratização, Marguti (2018) expressa as dificuldades em enfrentar os problemas de moradia no país, tendo em vista a falta de ações bem elaboradas em âmbito federal, resultando na participação mais ativa dos estados e municípios, ainda que de maneira fragmentada.

Parte dessa atuação ocorre também pela cobrança da sociedade diante da carência habitacional evidente, “como estavam sujeitos à maior pressão local, em um momento de redemocratização e eleições diretas, os governos locais viam-se também impelidos a atuar nas áreas ocupadas por assentamentos precários, sejam estas favelas ou loteamentos irregulares” (Bonduki, Rossetto, 2009, p. 7).

Em anos subsequentes, programas foram elaborados, mas sem obterem resultados realmente positivos, Porangaba (2020) aborda alguns deles como, por exemplo: o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais no ano 1987; o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH) em 1990; o Programa Habitar-Brasil no ano de 1993 e, no ano seguinte, os Programas Morar Melhor e Morar Município.

Não só as ações produziram poucos resultados efetivos, mas também não alcançavam a população mais necessitada da intervenção pública, “entre 1995 e 2003, 78,84% do total dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a 5 SM, sendo que apenas 8,47% foram destinados para a baixíssima renda (até 3 SM) - faixa de salário onde se concentram 83,2% do déficit habitacional quantitativo” (Bonduki, Rossetto, 2009, p.9)

A partir do 2003 as políticas habitacionais tomam novos rumos, no mesmo ano é criado o Ministério das cidades, órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que inclui a Política Nacional de Habitação e em 2004, é aprovado a Política Nacional de Habitação (Bonduki, Rossetto, 2009).

Segundo o Documento da PNH (Ministério das Cidades: 2004: 29) a PNH é “coerente com a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, com o Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade e com as diretrizes do atual governo, que preconiza a inclusão social, a gestão participativa e democrática”. Visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social. (bonduki, Rossetto, 2009 p. 11).

Adiciona-se a criação do Sistema Nacional de Habitação Interesse Social (SNHIS), no ano de 2005, desenvolvido para alcançar a população com até 3 salários mínimos, sendo esta a realidade de grande parcela que necessita das políticas habitacionais (bonduki, Rossetto, 2009).

O programa Minha Casa Minha Vida surgiu em 2009 e “tem como objetivo viabilizar

a produção habitacional em larga escala, enfrentando o déficit habitacional, na perspectiva de zerá-lo no longo prazo” (Marguti, 2018, p.4). Atualmente atendo a famílias com renda de até R\$8.000,00 mensais para áreas urbanas; para as zonas rurais contemplam o valor anual de R\$96.000,00.

O público alvo do programa está dividido em 3 faixas, classificadas segundo a renda familiar bruta mensal para as áreas urbanas e anuais em áreas rurais. Na faixa 1 estão as famílias com até R\$2.640,00 em áreas urbanas e R\$31.680,00 no meio rural. A faixa 2 agrupa a renda de R\$ 2.640,01 a R\$ 4.400,00 e R\$ 31.608,01 a R\$ 52.800,00, para as zonas urbanas e rural, respectivamente e a faixa 3, que atende para áreas rurais os valores de R\$ 52.800,01 a R\$ 96.000,00 e R\$ 4.400,01 a R\$ 8.000,00 para as áreas urbanas. (BRASIL. Ministério das cidades, 2024).

#### 4 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter descritivo e exploratório, e buscou avaliar os efeitos gerados para os cidadãos contemplados com casas populares em Coxixola-PB. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa, que, conforme apontado por Mascarenhas (2018), é apropriado "quando se deseja descrever o objeto de estudo com maior profundidade."

Para a obtenção dos dados necessários para realizar a pesquisa utilizou-se questionário, pois, como afirmam Costa e Costa (2011) este permite alcançar um alto número de pessoas. O questionário foi composto por perguntas semi estruturadas, oferecendo a possibilidade de respostas abertas e permitindo uma exploração mais detalhada das percepções individuais dos entrevistados.

O público-alvo da pesquisa foi composto pelos moradores do conjunto habitacional Leonardo França Lopes que receberam uma casa popular. Atualmente, o local contabiliza 31(trinta e uma) casas, das quais 12 (doze) foram selecionadas para aplicação do questionário, cabe destacar que alguns moradores, por razões diversas, como mudança para outra cidade, venderam suas casas. Nesses casos, os novos residentes não foram incluídos na coleta de dados, pois compraram as casas, não sendo beneficiários diretos do programa. Ao todo, 10 (dez) questionários foram aplicados; dois moradores não se dispuseram a responder.

O contato com os moradores foi realizado por meio de ligações ou mensagens, informando-os sobre a pesquisa e verificando sua disponibilidade para participar. Foram selecionadas pessoas que participaram ativamente das decisões em suas casas, considerando-se que, dessa forma, teriam conhecimento suficiente para responder sobre aspectos familiares e habitacionais.

O questionário foi composto por 14 (quatorze) perguntas, das quais 13 (treze) foram fechadas, com respostas como: sim, não, bom ou ruim; e 01 (uma) pergunta aberta, permitindo uma discussão livre sobre o tema.

Após o contato inicial, a aplicação dos questionários ocorreu durante 15 (quinze) dias (de 10 a 25 de setembro de 2024). Vale ressaltar que, devido ao tempo limitado para a pesquisa, o questionário não foi submetido ao comitê de ética em pesquisa com seres humanos. No entanto, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado e apresentado previamente aos participantes. A análise dos dados foi realizada com base nas respostas qualitativas, que foram categorizadas de acordo com padrões e relações observadas nos resultados obtidos.

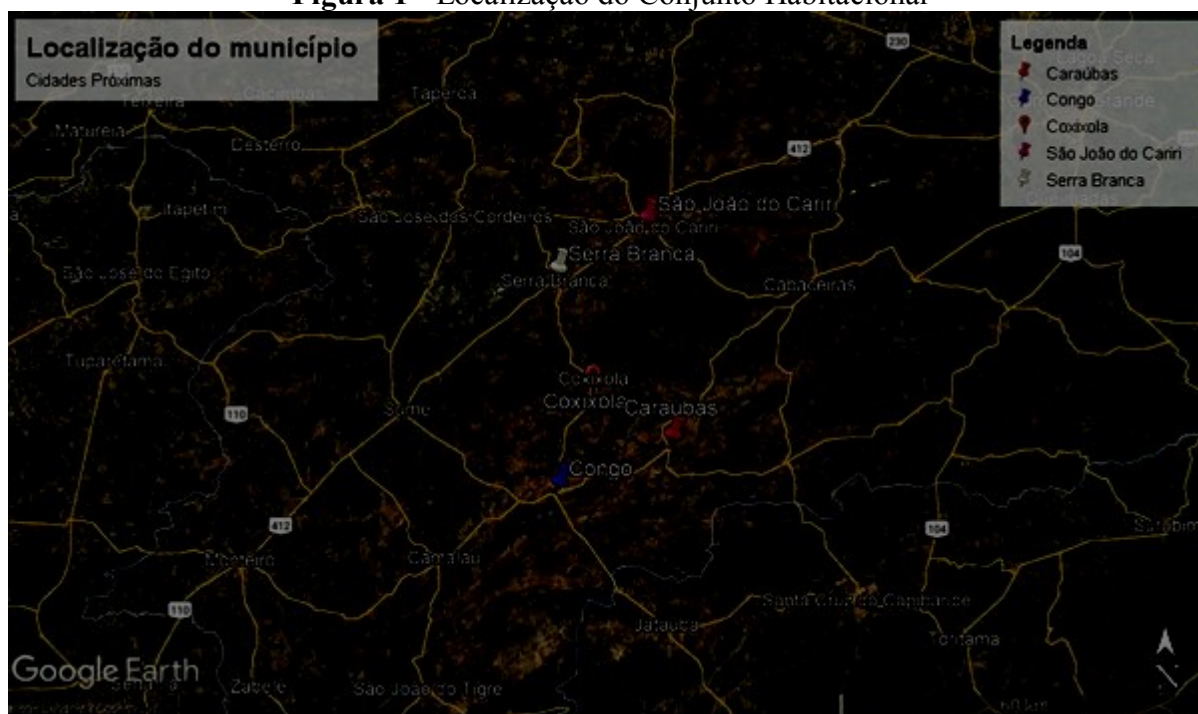
## 5 ESTUDO DE CASO

Este tópico traz uma breve apresentação sobre o município estudado, o de Coxixola-PB, e sobre o conjunto habitacional Leonardo França Lopes e, em seguida, a avaliação dos resultados obtidos na pesquisa.

### 5.1 O MUNICÍPIO DE COXIXOLA E SUAS POLÍTICAS HABITACIONAIS

O município de Coxixola, está localizado no estado da Paraíba, na microrregião do Cariri Ocidental, região nordeste do Brasil. Com uma área territorial de 173,942 km<sup>2</sup>, seus limites encontram-se com Serra Branca, ao norte e a oeste; ao sul com Caraúbas e Congo e ao leste com São João do Cariri (PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIXOLA, 2024).

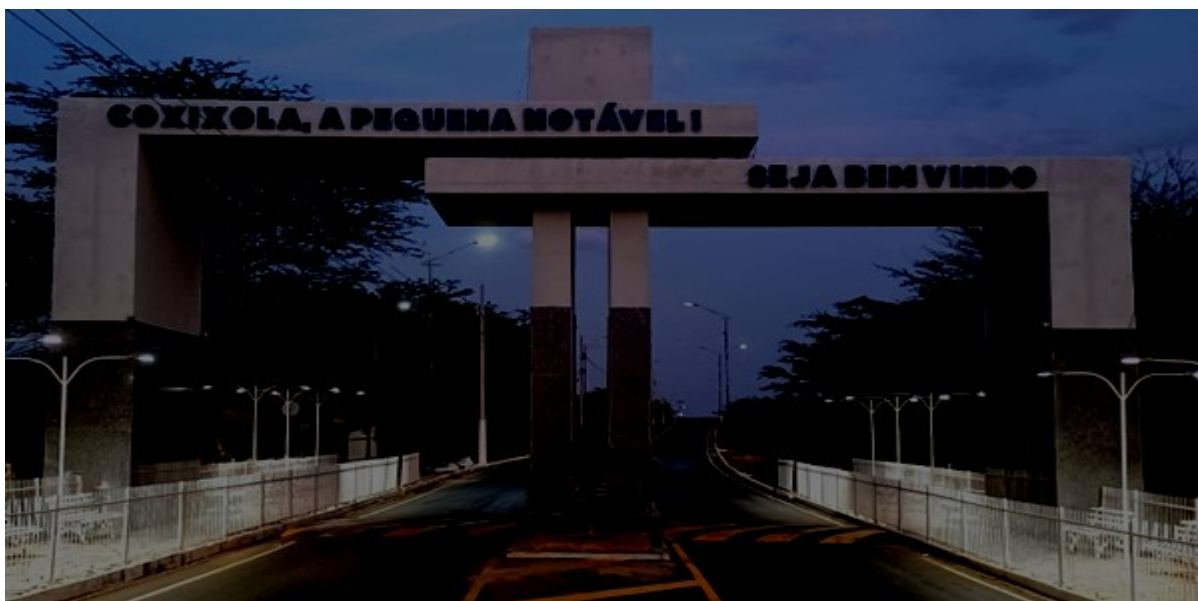
**Figura 1 - Localização do Conjunto Habitacional**



Fonte: Google Earth (2023).

Inicialmente, com a grafia de Cochichola, era um distrito de São João do Cariri. Em 1938, pelo decreto-lei estadual nº 1010, tem a sua escrita modificada para Coxixola e em 1960, passa a ser pertencente à cidade de Serra Branca. Se tornando um município independente apenas em 05 de maio de 1994 (IBGE).

**Figura 2** - Portal de entrada do município.



**Fonte:** Imagem da autora (2024).

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a cidade contabilizava 1.824 habitantes, com uma densidade demográfica de 10,49 habitantes por quilômetro quadrado. Uma das principais fontes de renda da cidade vem da agropecuária, sendo a cidade conhecida pela produção e comercialização de leite de cabra, tendo como um dos seus principais eventos o Festival da Cabra Leiteira, que acontece anualmente e atrai grande público.

A respeito das ações voltadas para as questões habitacionais no município, consta em Diário Oficial do município no ano de 2008, a doação de dois terrenos públicos para a CEHAP, com a finalidade da construção de casas populares. Em 2009, o governo federal iniciou a construção de 6.130 unidades habitacionais, a cargo da CEHAP, para mais de 100 municípios, dentre os quais, estava o de Coxixola, como consta em Diário Oficial do estado.



**Figura 3 - Localização do Conjunto Habitacional**

Fonte: *Google Earth* (2023)

O conjunto ficou conhecido popularmente como “as casinhas” e em anos seguintes foram construídas novas casas, atualmente, com 31 moradias construídas. A notícia de expansão mais recente ocorreu em 2023, sendo anunciado a construção para contemplar mais 40 famílias do município (DE OLHO NO CARIRI, 2023); até o momento de desenvolvimento desta pesquisa, 21 (vinte e uma) casas estão sendo construídas, a figura 4 apresenta parte das casas que serão concluídas e entregues às famílias.

**Figura 4 - Construção das novas casas populares no conjunto habitacional.**

Fonte: Imagem da autora (2024).

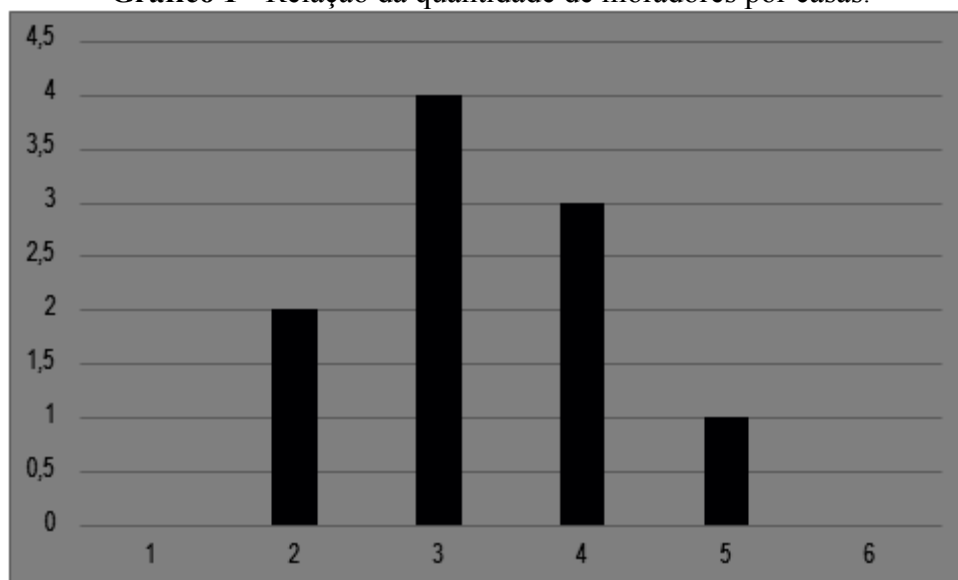
As casas encontram-se ao lado da Escola Estadual Manoel Honorato Sobrinho e do cemitério municipal; em 2024, foram entregues uma central de velórios e uma praça que compõem a área do conjunto habitacional (PARAÍBA MIX, 2024).

## 5.2 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Ao todo, 10 (dez) moradores aceitaram participar, em que, quase a totalidade, foram mulheres, com idade entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos.

A respeito da quantidade de moradores em cada uma das casas analisadas, os números são variados, entre 2 (dois) e 5 (cinco) residentes; onde a maioria era composta por pessoas acima de 12 (doze) anos, a quantidade de casas observadas com crianças com idade abaixo, foi de apenas 3 (três); já com a presença de idosos depois dos 60 (sessenta) anos, o número foi inferior, em somente 2 (dois) domicílios, como é possível observar no gráfico abaixo:

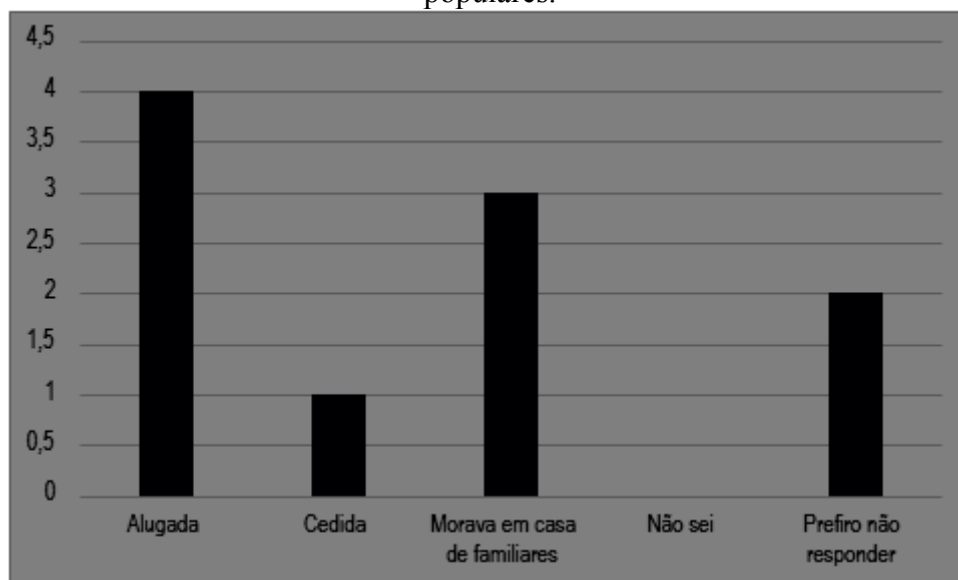
**Gráfico 1** - Relação da quantidade de moradores por casas.



Fonte: Dados elaborados pela autora (2024).

A pergunta subsequente abordou a condição da moradia anterior à mudança para as casas populares, com o intuito de conhecer o contexto em que se encontravam no momento em que se mudaram para o conjunto habitacional, se moravam com familiares, de aluguel ou em casas cedidas; as respostas, que podem ser observadas no gráfico 2, demonstram que, com exceção de dois moradores que preferiram não responder, a opção “alugada” foi a com mais respostas.

**Gráfico 2** - Relação das casas onde os moradores viviam antes de receberem as casas populares.



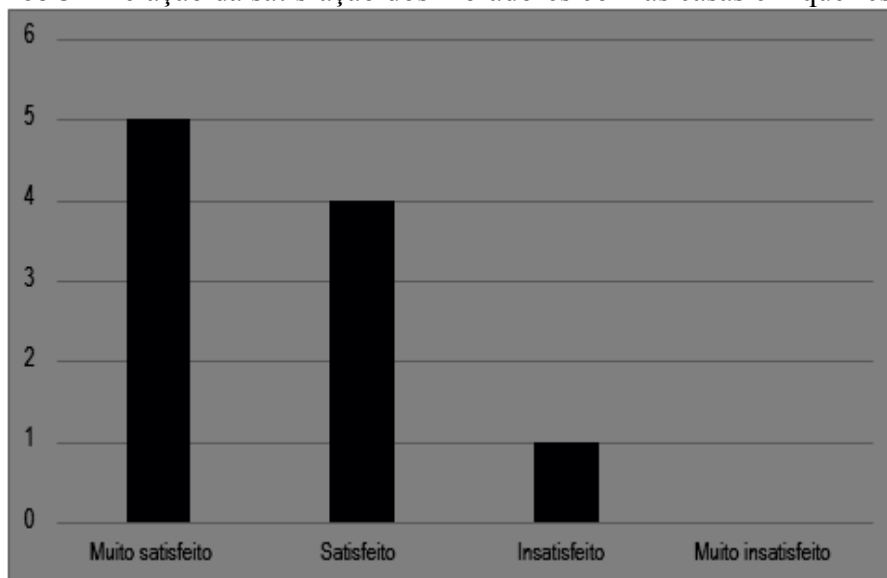
**Fonte:** Dados elaborados pela autora (2024).

Seguindo para a avaliação dos moradores sobre o Conjunto Habitacional Leonardo França Lopes, foram feitas perguntas acerca do local em que residem, a estrutura da casa, limpeza pública, segurança e a distância para o trabalho e locais de atendimento à saúde.

Para avaliar o local em que moram, as opções oferecidas foram: Excelente, bom, ruim, muito ruim, regular, não sei e prefiro não responder. Em resumo, os resultados apresentados foram positivos, sendo a alternativa “bom” a mais selecionada, além das opções muito satisfeito e regular, de maneira que não houve avaliação negativa, como por exemplo, ruim e muito ruim.

De igual modo, os resultados sobre a satisfação com a casa em que moram, como é possível observar no gráfico a seguir, apenas uma pessoa demonstrou-se insatisfeita com a sua casa, as demais, afirmaram estar satisfeitas ou muito satisfeitas.

**Gráfico 3** - Relação da satisfação dos moradores com as casas em que residem.

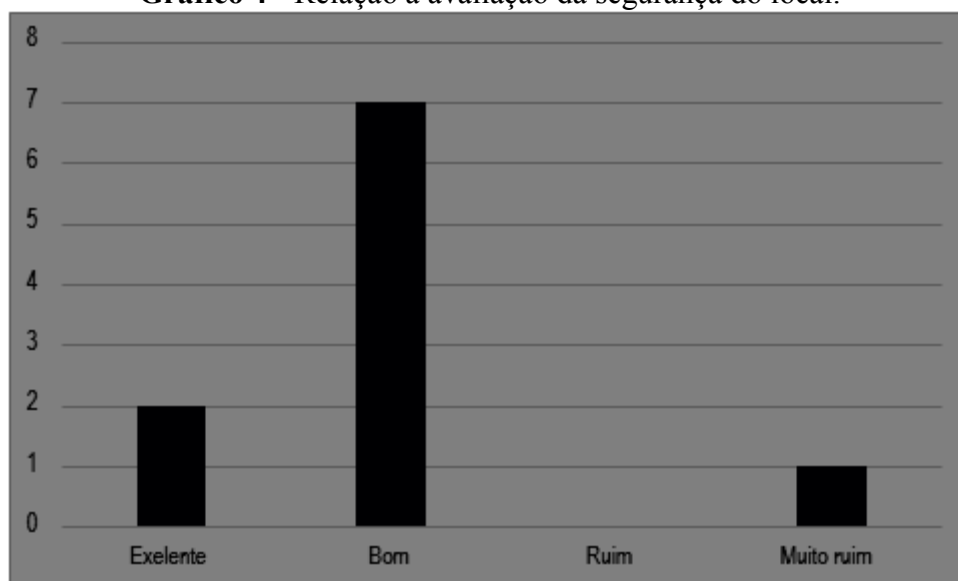


Fonte: Dados elaborados pela autora (2024).

Analisando para além da estrutura das moradias, o acesso a serviços públicos também se destaca como fator influente na qualidade de vida dos moradores. Os quesitos observados foram a coleta de lixo, limpeza pública e segurança.

Dentre as opções apresentadas para avaliar a satisfação com os serviços de coleta de lixo e limpeza pública, apenas um morador se mostrou insatisfeito. O quesito da segurança apresentou resultados semelhante, com apenas uma resposta desfavorável como observa-se no gráfico 4, logo abaixo:

**Gráfico 4** - Relação à avaliação da segurança do local.



Fonte: Dados elaborados pela autora (2024).

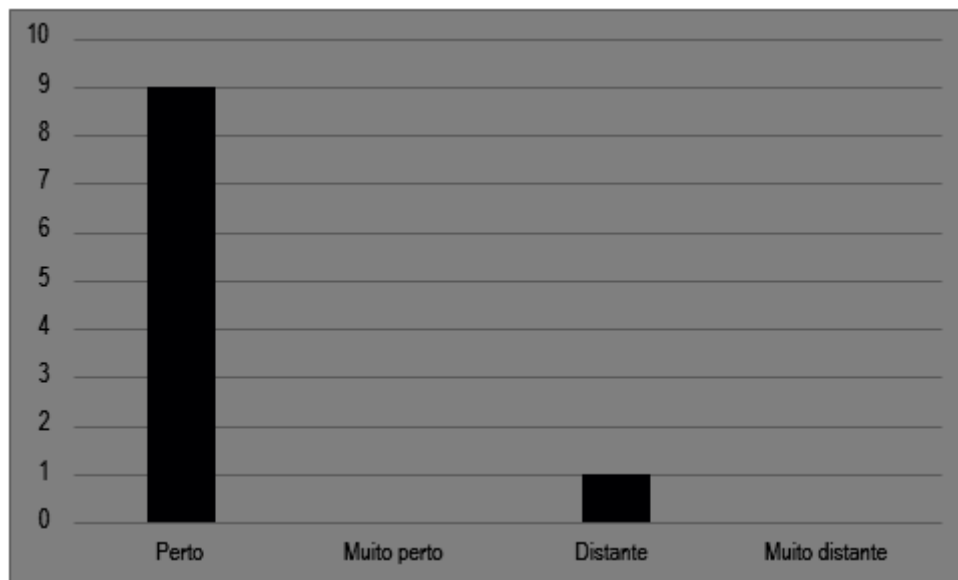
Acerca da localidade em que se encontram as casas populares, tema recorrentemente

abordado, sendo este, um dos aspectos destacados por Monteiro e Veras (2017) para inclusão social e interligado à moradia, tendo em vista os impactos provocados na locomoção dos contemplados, implicando mudanças, por exemplo, no acesso ao trabalho e saúde, aspectos investigados na pesquisa, as opções para examinar a questão foram: perto, muito perto, distante, muito distante, não sei e prefiro não responder.

Tendo em vista que, mesmo se tratando de um município de pequeno porte, resultando em distâncias naturalmente menores, a avaliação deve ser feita sob a perspectiva dos próprios moradores que, no caso dos residentes do conjunto habitacional, a respeito da locomoção para o trabalho, cinco pessoas selecionaram a opção “perto”, “não sei” e “prefiro não responder” foram as alternativas assinaladas.

Para conferir o distanciamento dos locais de atendimento à saúde, a cidade possui como principal ponto uma Unidade Básica de Saúde (UBS), parâmetro utilizado pelos moradores para responder à pergunta, que foi considerada perto, por nove das dez respostas obtidas.

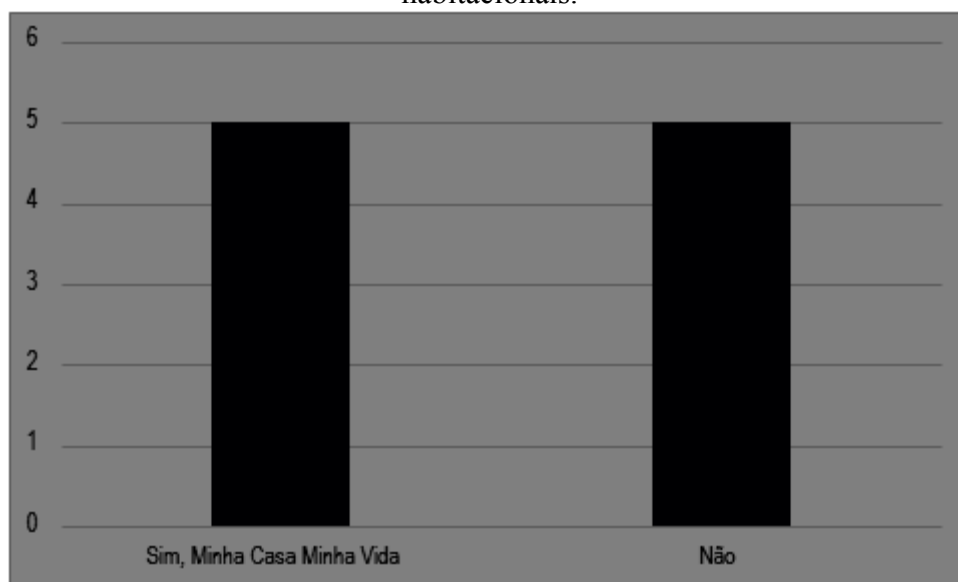
**Gráfico 5** - Relação dos moradores que consideram sua casa próxima a locais de atendimento à saúde.



**Fonte:** Dados elaborados pela autora (2024).

As 02 (duas) perguntas finais tiveram por objetivo a conferência da percepção dos moradores sobre as políticas públicas habitacionais, tanto na que estavam incluídos, quanto à outras oferecidas pelo governo. O programa Minha Casa Minha vida, é o mais conhecido, nenhuma outra ação, com exceção das casas populares que eles receberam, foi mencionada.

**Gráfico 6** - Relação do conhecimento dos moradores acerca de outras políticas públicas habitacionais.



Fonte: Dados elaborados pela autora (2024).

Abordando especificamente a política habitacional do município, a última pergunta foi aberta para a descrição da importância da ação para aqueles que receberam uma casa popular. Em sua maioria, as respostas partiam da visão pessoal do morador, de como foi importante para ele e sua família, avançando para uma ótica mais ampla incluindo todos os moradores.

O fato de saírem do aluguel foi unanimidade, sendo esta uma realidade anteriormente vivida por muitos como se constatou ao analisar o gráfico na figura de número seis; as dificuldades relacionadas ao aluguel é tema recorrente nos estudos sobre moradias, sendo citado, por exemplo, por Lima (2019) e Marguti (2018). Atestando o seu impacto para os que receberam a política pública no município o morador X, afirma: “Porque nem todo mundo tem condições de pagar aluguel ou de comprar uma casa e muitas vezes passam por aperto financeiro”, adiciona-se, portanto, a pouca condição que muitos relataram de construir uma casa própria, dificuldade essa que é então, superada.

Além de possuir a casa própria, há os efeitos que essa realidade implica; a pessoa Y cita em sua resposta o de “promover dignidade às famílias que recebem”, a tranquilidade de possuírem um ambiente que não pode ser tomado, os quais são cuidados a partir dos interesses do dono e não por terceiros, além das questões que envolvem o contexto familiar, são temas que não estão ligados a estrutura da casa em si, mas que o fato de possuí-la, promove bem-estar para os que a recebem. Corroborando com essa observação, o morador Z, a partir da sua realidade anterior, relata: “Para mim, foi muito importante, pois não tinha um local e nem como construir e, como já tinha filho, queria um lugar para ser independente. Eu morava com

familiares e queria ter minha independência e liberdade. Não venderia minha casa nem por 1 milhão de reais.”

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por finalidade apresentar os efeitos que a política pública habitacional desenvolvida no município de Coxixola-PB gerou para os cidadãos que a receberam. Tendo como objetivos específicos o de apresentar o perfil das famílias do conjunto habitacional Leonardo França Lopes, identificar quais foram os impactos e aferir se são positivos ou negativos.

Através das respostas oferecidas percebe-se que, a entrega das casas populares no município teve como principal impacto o econômico, haja vista que os contemplados não apresentavam condições de construir uma casa e, portanto, moravam de aluguel, sendo esta, mais uma despesa para pagar, em outro cenário apresentado encontraram-se as pessoas que viviam em casas de familiares e que, em ambos os casos, não havia perspectivas de ter uma moradia propriamente sua, devido aos altos custos que envolvem a construção de uma casa.

Analisando os aspectos que sobrevêm em consequência de possuir a moradia e do local em que estão inseridos; de maneira geral, os moradores se mostraram satisfeitos, o local é considerado seguro e próximo de locais importantes e os serviços de limpeza pública são bem avaliados, assim como a localidade e a casa, não são tópicos de descontento.

Como ponto de atenção, destaca-se o baixo número de moradores que conheciam outras políticas habitacionais. A amplitude do conhecimento sobre o tema auxilia no julgamento mais crítico e traz parâmetros para uma comparação mais detalhada sobre a realidade atual em que vivem, possibilitando aos contemplados cobrarem ações anteriormente despercebidas.

O desenvolvimento desta pesquisa e seus resultados proporcionam um conhecimento adicional sobre a importância da política habitacional e seus possíveis efeitos adicionais. No entanto, existe a possibilidade de uma análise mais profunda aqui não trabalhada, abordando a temática sob outros ângulos, por exemplo: a chegada dos novos moradores que receberão as casas que estão sendo construídas. Afinal, a presença de outras famílias irá alterar o ambiente, de maneira que novas demandas podem surgir e outras, necessitem de ajustes.

Observar o contexto anterior pode ser ponto de partida para avaliações futuras. É importante que posteriormente conheçam-se os benefícios provocados aos novos moradores e de que maneira afetou os residentes antigos e entender o novo contexto que passaram a estar inseridos. Averiguando os desdobramentos da ação pública e permitindo a conferência não apenas da eficiência da política habitacional no município, mas também da sua efetividade.



## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. de. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/xnfq4>>. Acesso em: 21/09/23.

BONDUKI, Nabil e ROSSETTO, Rossella. **Política e sistema nacional de habitação de interesse social**. Ações integradas de urbanização de assentamentos precários. Tradução. Brasília: São Paulo: Ministério das cidades: Aliança de Cidades, 2009. Acesso em: 15/09/24.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm)>. Acesso em: 01/09/23.

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais - uma abordagem conceitual. **Revista Interfaces de Saberes**, 2006. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/avaliacao-de-politicas-publicas-e-programas-governamentais-uma-abordagem-conceitual>>. Acesso em 08/09/24.

CEHAP – Companhia Estadual de habitação Popular. Disponível em: <<http://cehap.pb.gov.br/sitecehap/sobre/>>. Acesso em: 18/09/23.

COSTA, Marco. COSTA, Maria. **Projeto de Pesquisa**: entenda e faça. Petrópolis -RJ, Vozes, 2015.

Governo do Estado inicia construção de 40 casas populares em Coixola e lideranças da oposição do município agradecem pelo pleito. **De olho no Cariri**, 2023. Disponível em: <<https://deolhonocariri.com.br/geral/governo-do-estado-inicia-construcao-de-40-casas-populares-em-coixola-e-liderancas-da-oposicao-do-municipio-agradecem-pelo-pleito>>. Acesso em: 31/08/2023.

LIMA, L. L., D'Ascenzi, L., Lui, L. & Aguiar, R. B. (2021). Políticas públicas e desenvolvimento: uma proposta de modelo de análise. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.13, e20210048. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/21753369.013.e20210048>>. Acesso em 27/09/24.

LIMA, Mateus Fernandes Vilela. O DIREITO À MORADIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS DA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI. **Geo UERJ**, [S. l.], n. 36, p. e48406, 2020. DOI: 10.12957/geouerj.2020.48406. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/48406>>. Acesso em: 28/08/24.

MARGUTI, Bárbara Oliveira. **Políticas de habitação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8628>>. Acesso em: 30/08/24.

MACARENHAS, Sidnei. **Metodologia Científica**. São Paulo, Pearson Education, 2018. Disponível em: <[https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/183213/pdf/4code=UVPaaGtBkNjB8gSB6A8MSXyHuMKFCQGqrvFP0dKRM7ZLRWQKDHZ282w/rtgYS1qu1qzUo9h4m9ff04Bfi4Uj7A==](https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/183213/pdf/4code=UVPaaGtBkNjB8gSB6A8MSXyHuMKFCQGqrvFP0dKRM7ZLRWQKDHZ282w/rtgYS1qu1qzUo9h4m9ff04Bfi4Uj7A==>)>. Acesso em: 09/10/23.

MONTEIRO, Adriana; VERAS, Antonio. **A questão habitacional no Brasil**. Mercator (Fortaleza), V 16, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?lang=pt>>. Acesso em: 04/10/2023.

PAULA, Eduardo Loula Novais de. O processo de construção das políticas públicas. Controle Externo. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 133-141, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://revcontext.tce.go.gov.br/index.php/context/article/view/74>>. Acesso em: 26/08/24.

PARAÍBA. Lei nº 8.860, de 15 de julho de 2009. **Diário Oficial de Paraíba**, João Pessoa, 15 ago. 2009. p 3. Disponível em: ><https://static.paraiba.pb.gov.br/diariooficial/old/diariooficial15082009.pdf><. Acesso em: 04/09/23.

PORANGABA, Alexsandro. **A habitação para a população de baixa renda no Brasil:** termos e conceitos difundidos pela política nacional de habitação. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v 22, 12/2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeur/a/94LdkrS8hfHb6ZhY85sTp9p/?lang=pt>>. Acesso em: 31/08/23.

Prefeito de Coxixola inaugura praça central e central de velórios, além de obras na zona rural nesta segunda-feira. Paraíba Mix, 2024. Disponível em: <<https://www.paraibamix.com.br/prefeito-de-coxixola-inaugura-praca-central-e-central-de-velorios-alem-de-obras-na-zona-rural-nesta-segunda-feira/>>. Acesso em: 28/09/24.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIXOLA, Lei nº 142, de 26 de junho de 2008. Ementa: Autoriza a doação de terreno público que menciona e dá outras providências. Disponível em: <[https://coxixola.pb.gov.br/documentos/leimunicipal/142\\_2008.pdf](https://coxixola.pb.gov.br/documentos/leimunicipal/142_2008.pdf)>. 04/09/23.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH Letícia Maria. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas:** conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 46(5):1271-294, set./out. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28/09/24.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. **Desafios da questão urbana na perspectiva do direito à cidade. Políticas Públicas e Direito à Cidade:** Política Habitacional e o Direito à Moradia Digna, 2011. Disponível em: <[https://observatorio.dasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook\\_file/caderno\\_direitocidade.pdf](https://observatorio.dasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/caderno_direitocidade.pdf)>. Acesso em 30/08/24.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt>>. Acesso em: 30/08/24.

**APÊNDICE - QUESTIONÁRIO**

## 1. Gênero

Masculino  Feminino  Prefiro não responder

## 2. Faixa Etária

18-25 anos

26-30 anos

31-40 anos

50-60 anos

Acima de 60 anos

Prefiro não responder

3. Quantas pessoas moram na sua casa? \_\_\_\_\_

4. Na sua casa tem crianças de até 12 anos?

sim. Quantas? \_\_\_\_\_  Não

Não sei

Prefiro não responder

5. Há idosos acima de 60 anos?

sim. Quantos? \_\_\_\_\_  Não

Não sei  Prefiro não responder

6. Antes de morar no conjunto habitacional, a casa que você morava era:

alugada

cedida

morava na casa de familiares

Não sei

Prefiro não responder

7. Como você avalia o local onde você mora?

Excelente  Bom  Ruim  Muito ruim  Regular

Não sei

Prefiro não responder

8. Quão satisfeito você está com a casa em que mora?

- Muito satisfeito  Satisfeito  Insatisfeito  Muito insatisfeito  
 Não sei  
 Prefiro não responder

9. Quão satisfeito você está com os serviços de coleta de lixo e limpeza pública.

- Muito satisfeito  Satisfeito  Insatisfeito  Muito insatisfeito  
 Não sei  
 Prefiro não responder

10. Como você avalia a segurança do local em que você mora?

- Excelente  Bom  Ruim  Muito ruim  
 Não sei  
 Prefiro não responder

11. Em que medida você considera o local que você mora próximo do seu trabalho.

- Perto  
 Muito Perto  
 Distante  Muito distante  
 Não sei  
 Prefiro não responder

12. Em que medida você considera a local que você mora próximo de locais de atendimento à saúde

- Perto  
 Muito Perto  
 Distante  Muito distante  
 Não sei  
 Prefiro não responder

13. Você conhece outros programas de moradia oferecidos pelo governo?

sim. Quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Não

Não sei

Prefiro não responder

14. Como você descreve a importância da construção das casas populares para aqueles que receberam uma moradia?

---

---

---

---

**ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

|  |
|--|
| Título do Estudo: POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS |
|--|

Pesquisador Responsável: SANDRIELLE DE QUEIROZ BEZERRA

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é conhecer quais foram as mudanças que aconteceram na vida das famílias que receberam uma casa no conjunto habitacional Leonardo França Lopes e tem como justificativa analisar se essas mudanças foram positivas ou negativas.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: Responder, atentamente, este questionário, segundo a realidade da sua casa e sua família.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. Nesse estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são: Oferecer dados pessoais e de seus familiares e informações sobre sua vida cotidiana. Entretanto, não será, em hipótese alguma, solicitado o nome e endereço durante a aplicação do questionário e as informações adquiridas serão usadas, unicamente, para a pesquisa.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da sua participação nesta pesquisa são o de poder contribuir para detectar problemas que possam existir no conjunto habitacional Leonardo França Lopes e que afetem a sua vida e a de outros moradores, e assim, buscar meios para solucioná-los; caso os resultados sejam positivos, a pesquisa pode colaborar para que o exemplo seja seguido e outras famílias recebam um serviço de qualidade.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo para o(a) Sr.(a).

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexos causal com a pesquisa.